



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2017

Novembro, 2016





INDICE

INDICE.....	2
1.- INTRODUÇÃO.....	3
2. – APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	18
2.1 - ENQUADRAMENTO	18
2.2. - VISÃO, MISSÃO E VALORES	18
VISÃO	18
MISSÃO	18
VALORES	18
2.3 - POLÍTICA DA QUALIDADE	19
2.4 - POLÍTICA DE ÉTICA	19
2.5 - ESTRATÉGIA.....	20
3 - INFRAESTRUTURAS DA INSTITUIÇÃO	21
3.1 - SEDE.....	21
3.2 – LAR RESIDENCIAL – “A MINHA CASA”	21
4. – RESPOSTAS SOCIAIS	22
4.1 - SERVIÇO DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA – (ELI – VILA NOVA DE FAMALICÃO)	22
4.2 - CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS	23
4.3 - LAR RESIDENCIAL “A MINHA CASA”	24
4.4 - SERVIÇOS E TERAPIAS COMPLEMENTARES	25
4.4.1. - Gabinete Social de Terapias.....	25
4.4.2. – Centro de Estimulação de Alzheimer/Doenças Neurodegenartivas.....	26
5 - RECURSOS HUMANOS.....	27
5.1 - AFETAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS ÀS RESPOSTAS SOCIAIS.....	27
5.2 – FORMAÇÃO PROFISSIONAL	28
6. - PARCERIAS	28
7. - PLANO DE ATIVIDADES – CAO – LAR - IPI	29
8. - CONCLUSÃO.....	35

1.- INTRODUÇÃO

Crescer para sustentar...

1. Passos em Frente

Consolidado que está o processo de certificação da qualidade da AFPAD, nas respostas sociais de CAO e Lar Residencial (há já duas “certificações” obtidas, uma em 2013 e outra em 2015) e conseguido que está também o processo de aquisição de duas novas carrinhas adaptadas de nove lugares (uma para o CAO e outra para o Lar Residencial), importa agora refletir um pouco sobre os novos passos a dar, no sentido de tornar a AFPAD mais sustentável e mais capaz de dar as respostas necessárias aos públicos que a procuram.

No entender da direção, isso passará pelo envolvimento da instituição em três frentes de trabalho:

- a) Alargamento da capacidade da resposta da ELI;
- b) Alargamento da capacidade de resposta do CAO;
- c) Alargamento da capacidade de resposta do Lar Residencial.

Estes objetivos estiveram sempre presentes, ao longo dos últimos anos, nas intervenções públicas e privadas da direção, tendo tido avanços e recuos. Mantêm-se como uma frente importante do nosso trabalho, a exigir toda a nossa atenção e toda a nossa energia.

Em 2015, na sequência de um encontro de trabalho com o Diretor do CDSSB, encontro realizado na AFPAD, estes projetos ganharam um novo impulso, com o envolvimento necessário do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2. Alargamento da ELI: Apresentação do Projeto

O objetivo último deste projeto é garantir o apoio a todas as famílias e crianças do concelho de Vila Nova de Famalicão, referenciados à ELI 4 (Equipa Local de Intervenção Precoce), que são elegíveis.

Com a experiência de funcionamento da ELI 4 nos últimos cinco anos, é possível perspetivar as necessidades do concelho de forma mais realista no que respeita ao número de famílias a necessitarem de apoio. Desde o início de funcionamento da Equipa (2011) até à atualidade (2016) verificou-se um aumento gradual e significativo do número de referenciações. Estas são realizadas pelas mais diversas entidades, destacando-se as unidades de saúde e da educação. As idades de referenciação das crianças tornam-se cada vez mais precoces, traduzindo uma maior urgência de apoio.

A proposta da AFPAD (Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência) visa alargar o acordo da resposta social de Intervenção Precoce na Infância, que funciona em articulação com profissionais do Agrupamento de Escolas Padre Benjamim Salgado, Centro Hospitalar do Médio Ave e ACES AVE-Famalicão (Agrupamento de Centros de Saúde Ave – Famalicão).

De seguida são apresentados todos os dados que fundamentam o pedido de revisão de acordo de cooperação.

2.1 Identificação da Resposta Social

A Intervenção Precoce na Infância é a primeira resposta que surge às famílias com crianças que, de alguma forma, se encontram limitadas no seu funcionamento e cuja orientação deverá ser feita o mais precocemente possível, no sentido de reduzir o impacto, quer no funcionamento familiar, quer no funcionamento e participação da criança.

A definição legal encontrada para esta resposta diz-nos que a Intervenção Precoce na Infância (IPI) é considerado o conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social. Entende-se por “risco de alterações ou alterações nas funções e estruturas do corpo humano” qualquer risco de alteração, ou alterações, que limitem o normal desenvolvimento da criança e a sua participação, tendo em conta os referenciais de desenvolvimento próprios, consoante a idade e o contexto social. A IPI contempla também as crianças em risco de atraso no desenvolvimento, quando são verificadas condições, quer biológicas quer psicoafectivas ou ambientais que impliquem uma alta probabilidade de atraso significativo no desenvolvimento da criança.

São objetivos da Intervenção Precoce na Infância: criar condições facilitadoras do desenvolvimento das crianças, para que este se processe, o mais possível, dentro das fases características dos grupos etários respetivos, minimizando problemas e promovendo a sua participação na vida social; otimizar as condições de interação criança-família, através do reforço de conhecimentos e competências dos pais/família para lidarem com os problemas dos filhos, melhorando a sua capacidade para identificar e utilizar os seus próprios recursos e os da comunidade; envolver a comunidade no processo de intervenção, de forma contínua e articulada, otimizando os recursos existentes e as redes formais e informais de interajuda.

2.2 Local de Funcionamento

Os apoios são prestados preferencialmente nos contextos naturais da criança (domicílio, creche/jardim, ama ou outros contextos relevantes).

A sede da ELI é no Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão (UCSP Famalicão, Extensão Urbana - Avenida 25 de Abril, 4760-101 V. N. Famalicão). Aqui decorrem as reuniões semanais da equipa e alguns encontros com as famílias. Os técnicos da AFPAD que são parte integrante da ELI usam também as instalações da AFPAD para trabalho indireto (relatórios, contatos, organização processual, etc).

2.3 Caracterização Atual da ELI 4

Função	Instituição de origem	Afetação
Terapeuta da Fala	AFPAD	100%
Técnico de Serviço Social	AFPAD	50%
Psicólogo	AFPAD	50%
Médica Pediatra Coordenadora da ELI	CHMA	Parcial (4h/semana)
3 Enfermeira	ACES AVE- Famalicão	Parcial (+/- 8h/ semana)
4 Educadoras de Infância	Agrup. de Escolas Padre Benjamim Salgado	100%

Além destes apoios, a IPI conta com a atividade de Hidroterapia proporcionada pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que funciona duas vezes por semana no Complexo Desportivo Municipal (V. N. Famalicão).

Compete à Equipa Local de Intervenção: a identificação de crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI; assegurar vigilância às crianças e famílias não elegíveis, mas que requeiram avaliação periódica, devido a fatores de risco; encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social; elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce em função do diagnóstico da situação, tendo em conta as necessidades e potencialidades apresentadas pelas crianças e pelas famílias; identificar necessidades e recursos das comunidades da área de intervenção e dinamizar redes formais e informais de apoio social; articular com estruturas de proteção a crianças e jovens, sempre que justificável; assegurar processos de

transição para outros programas, serviços ou contextos educativos; articular com os docentes de creches e jardins-de-infância, onde estejam colocadas as crianças em IPI.

A resposta de IPI tem como principais objetivos continuar a criar condições facilitadoras e promotoras do desenvolvimento global da criança, através da capacitação das famílias e do desenvolvimento das suas competências, a envolvimento da comunidade no processo de intervenção de forma contínua e articulada, otimizando as redes formais e informais de apoio.

A abordagem centrada na família, os contributos teóricos do Desenvolvimento Infantil (por exemplo Piaget e Vigotsky), dos Modelos Transacional de Desenvolvimento (Sameroff e Chandler) e Ecológico do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner), assim como instrumentos de trabalho resultantes da investigação em Intervenção Precoce, são as linhas orientadoras do trabalho desenvolvido pela Equipa. De igual forma, deve continuar a ser adotada uma postura profissional transdisciplinar, em que os saberes e os conhecimentos técnicos se cruzam, para o funcionamento pleno e eficaz da equipa de intervenção precoce na infância.

2.4 Grupo-Alvo

A Equipa abrange crianças entre os zero e os seis anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a sua participação nas atividades típicas para a sua idade e contexto social ou crianças com risco de atraso no desenvolvimento, bem como as suas famílias.

São elegíveis para os apoios da intervenção precoce na infância crianças que, após avaliação, apresentem limitações significativas no seu desenvolvimento ou estejam em risco de apresentar. Devem ser tidos em conta os três principais tipos de risco: estabelecido, biológico e ambiental.

2.5 Justificação da Necessidade do Alargamento

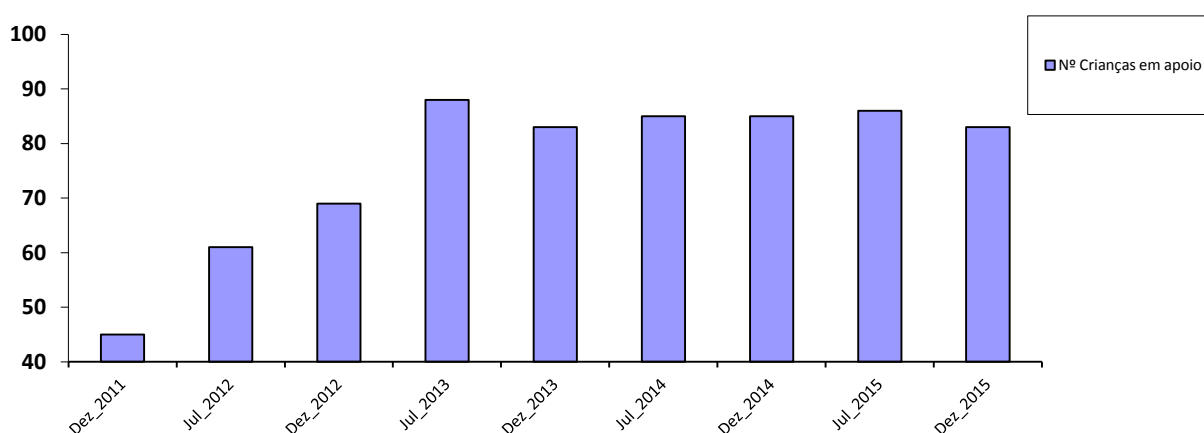
A Intervenção Precoce na Infância (IPI) emerge dos princípios vertidos na Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Crianças e do Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade, garantindo assim o direito de participação e inclusão social como vetor essencial para a qualidade de vida na sociedade.

Desde a sua fundação, em 1993, que a AFPAD desenvolve serviços e programas de apoio a crianças com deficiência e incapacidades e suas famílias. Atualmente, a AFPAD integra a ELI 4, destacando 3 técnicos (2 a tempo parcial e 1 a tempo inteiro), no sentido de continuar a desenvolver serviços e programas de apoio no âmbito da intervenção precoce na infância.

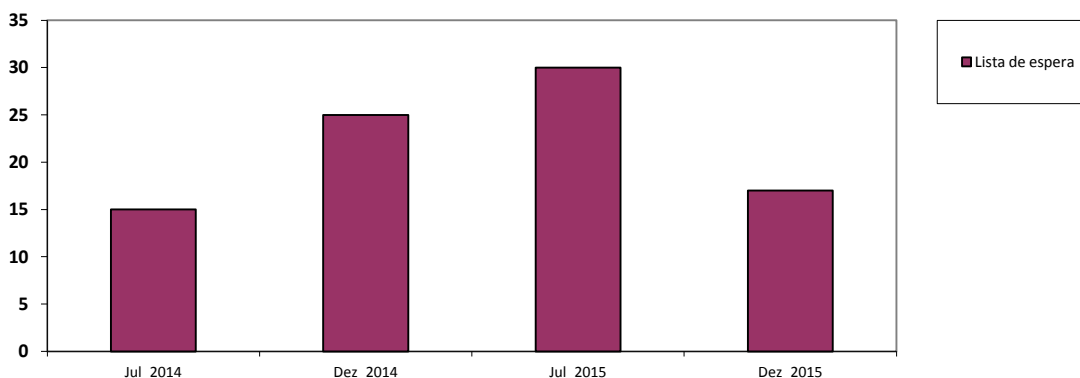
Nos últimos anos, a ELI tem-se deparado com dificuldades em dar resposta às necessidades do concelho de Vila Nova de Famalicão. As dificuldades têm-se sentido a vários níveis,

nomeadamente: em adequar a periodicidade dos apoios à criança/família; em dar resposta especializada na área motora; na celeridade do acolhimento e apoio a novas famílias/crianças; na periodicidade de partilha com elementos da ELI; na periodicidade de articulação com a comunidade; na disponibilidade de recursos técnicos e materiais adequados às necessidades.

O quadro que se segue é demonstrativo da crescente necessidade de resposta da ELI4. Em 2014, foi imperativa a criação da indesejada lista de espera, uma vez que a equipa já tinha realizado todos os esforços possíveis para apoiar um maior número de crianças/famílias, comprometendo de alguma forma a intervenção realizada até então.



No que respeita ao número de casos apoiados atualmente, encontram-se em apoio 85 famílias/crianças.



A lista de espera atual é de 23 famílias/crianças, continuando a chegar novas referências semanalmente à equipa.

Tendo em conta o modelo de funcionamento transdisciplinar da ELI, é impossível ter uma visão tripartida (por ministério) do número de crianças/famílias em apoio. O apoio de intervenção precoce na infância garante, na maioria dos casos, um apoio por profissionais vários, que ocorre

por vezes em simultâneo, não permitindo deduzir que apenas um técnico trabalha com cada família. Estes profissionais vão de encontro às diversas necessidades colocadas pelas famílias, recorrendo ao apoio dos vários elementos da equipa.

É na garantia do apoio adequado a todas as famílias elegíveis para o SNIPI que se sustenta este projeto. Esta resposta social, por ser de atendimento precoce, não é passível de estar sujeita a aguardar em lista de espera, podendo ser devastador o impacto da não resposta do apoio que preconizamos.

2.6 Utilidade Pública do Serviço

Os serviços de Intervenção Precoce na Infância são gratuitos. Por serem prestados em contexto natural, representam muito baixos custos às famílias e procuram respeitar e integrar as rotinas das crianças e famílias.

2.7 Documentos de Trabalho

Todos os documentos de trabalho associados ao funcionamento da ELI são criados, implementados e supervisionados pelo SNIPI. Cabe à ELI seguir os procedimentos e utilizar os documentos disponíveis, em função das suas necessidades.

2.8 Proposta de Alargamento

Função	Instituição de origem	Afetação atual	Proposta de afetação
Psicólogo	AFPAD	50%	100%
Técnico de Serviço Social	AFPAD	50%	50%
Terapeuta da Fala	AFPAD	100%	100%
Terapeuta da Fala	AFPAD	0%	50%
Terapeuta Ocupacional	AFPAD	0%	100%

A AFPAD propõe o alargamento da resposta de IPI, aumentando a afetação do Psicólogo para tempo inteiro e afetando mais um profissional a tempo inteiro e outro a meio tempo, para a ELI. A opção por um técnico da área motora (Terapeuta Ocupacional) visa suprimir uma lacuna sentida pela ELI, desde a sua constituição. O reforço da área da Terapia da Fala procura responder às necessidades sentidas na ELI, sendo o domínio da Comunicação/Linguagem o mais frequentemente comprometido nas problemáticas das crianças.

Com este alargamento, a ELI poderá aumentar a sua capacidade de resposta para um total de 100 crianças/famílias, anulando a lista de espera.

2.9 Informação Económico - Financeira

De seguida é apresentada uma tabela com os custos mensais mínimos previstos para o aumento da afetação de dois técnicos e contratação de um técnico a tempo inteiro. Os valores apresentados consideram a rentabilização de alguns recursos humanos e materiais já existentes na AFPAD.

Tipo de Custo	Valor Mensal Estimado
Salários	2.455,00€
Seguro Trabalho/Outros	30,00€
Encargos Patronais	538,50€
Subsídio Alimentação	110,00€
Transportes	600,00€
Telecomunicações	40,00€
Consumíveis e tecnologia	140,0€
Formação	50,00€
Material Didático/Técnico	100,00€
Eletricidade/Água/Limpeza/Aquecimento	30,00€
TOTAL	4.093,50€

Como referido anteriormente, com este alargamento a ELI viabiliza o apoio a um total de 100 crianças/famílias, alargando a resposta protocolada para 250% (mais do que o dobro da capacidade atual).

Com reforço financeiro proposto, o custo médio mensal por criança/família decresce significativamente de 115,66€ para 87,15€.

3. Ampliação da Capacidade de Resposta do CAO da AFPAD

3.1 Caraterização

Nos contatos com as entidades da tutela (CDSSB e Ministério do Emprego e da Solidariedade), sobre a ampliação da capacidade de resposta do CAO, a direção procurou fazer uma caraterização da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD), desenvolver depois

alguns dados importantes sobre o CAO que a instituição tem em funcionamento e, finalmente, justificar a urgência da necessidade de ampliação da capacidade desta resposta social.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD), com sede em Vila Nova de Famalicão, desenvolve a sua ação com crianças, jovens e adultos portadores de deficiência e incapacidades, pessoas que precisam quotidianamente de apoios técnicos e intervenções especializadas que possam amenizar e esbater as suas dificuldades, proporcionando-lhes a melhor qualidade de vida possível e a integração social e comunitária devidas a qualquer cidadão. A AFPAD integra, na área da deficiência, no Município de Vila Nova de Famalicão, a ELI (Equipa Local de Intervenção), para a Intervenção Precoce na Infância (dos 0 aos 6 anos), e tem em funcionamento um Centro de Atividades Ocupacionais (a partir dos 16 anos) e um Lar Residencial (também a partir dos 16 anos).

A AFPAD possui o reconhecimento de utilidade pública nos termos do artº. 10º do Código do IRC (Diário da República, III Série, de 04 de Outubro de 2003), facto demonstrativo da sua importância social.

A AFPAD tem como objetivos:

1. Intervir na área da prevenção primária, sensibilizando a população para a problemática da deficiência e criando estruturas e respostas adequadas.
2. Estabelecer uma rede articulada de estruturas oficiais, com ações na intervenção da problemática da deficiência, com o objetivo de integrar pessoas portadoras de deficiência nas estruturas existentes.

O seu âmbito de ação abrange preferencialmente as freguesias do Concelho de Vila Nova de Famalicão, podendo alargá-lo a outras regiões.

Para realizar os seus objetivos, a Associação propõe-se:

1. Promover e dinamizar a articulação entre os diferentes serviços que existem na comunidade e que atuam na área da deficiência.
2. Intervir de forma a garantir à pessoa com deficiência o seu direito à Educação, ao trabalho, ao bem – estar social e à inserção social.
3. Dar apoio às famílias, no âmbito da intervenção e formação, bem como promover encontros e situações de lazer.
4. Apoiar e alargar a inserção de pessoas com deficiência nas estruturas comunitárias, tendo em vista a sua participação e realização plena como cidadãos.

5. Fazer apoio domiciliário a pessoas portadoras de deficiência e incapacidades.
6. Promover apoio ambulatorio a pessoas portadoras de deficiências e incapacidades.

3.2 Legislação

O Centro de Atividades Ocupacionais é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

Legislação aplicável:

Decreto-Lei n.º 18/89, publicado no Diário da República, 1ª Série - n.º 9 - de 11 de Janeiro de 1989.
Despacho n.º 52/SESS/90, publicado no Diário da República, 2ª Série - N.º 162 - de 16 de Julho de 1990.

3.3 São Objetivos do CAO

1. Estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades individuais;
2. Promover estratégias de reforço de autoestima e de autonomia pessoal e social;
3. Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da integração social das pessoas com deficiência;
4. Promover o encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração socioprofissional.

3.4 Destinatários do CAO

1. Pessoas com deficiência grave, com idade igual ou superior a 16 anos cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva;
2. Pessoas com deficiência cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

3.5 Serviços Desenvolvidos pela AFPAD no CAO

1. Atividades socialmente úteis;
2. Atividades estritamente ocupacionais;
3. Atividades recreativas e de lazer;
4. Atividades da vida diária;
5. Atividades de hidroterapia;
6. Trabalhos manuais – ateliês têxteis.

O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) da AFPAD é frequentado por 20 utentes, tantos quais integra o acordo de cooperação celebrado entre a instituição e o Ministério do Emprego e da Solidariedade.

À data de 31 de Dezembro de 2015, a resposta social de Centro de Atividades Ocupacionais apresentava 14 candidatos em lista de espera.

3.6 Ampliação do CAO

Pelo público que atinge, pelas atividades que desenvolve e pela sua importância social, a resposta CAO é muito procurada pelas famílias, prevendo-se que esta procura se torne ainda mais intensa no futuro. Conforme se disse anteriormente, a AFPAD tem uma lista de espera de 14 candidatos a que, nas condições atuais, não consegue dar resposta.

A AFPAD tem condições para, com pequenas obras de adaptação dos espaços onde anteriormente funcionava a Intervenção Precoce, integrar rapidamente mais 8 candidatos, desde que o Ministério do Emprego e da Solidariedade Social amplie o atual acordo de cooperação de 20 para 28 utentes.

A tutela entende que “para esta resposta social, os equipamentos atuais não garantem ainda total cobertura face às necessidades existentes” e que a revisão do acordo, “em termos de aumento do número de utentes abrangidos, ficará sempre condicionada às disponibilidades orçamentais que venham a ser consideradas”.

Perante isto, não se poderá “garantir que a revisão do acordo possa ser efetuada no decurso do presente ano.”

Poderá então ser no próximo!

4. Novo Lar Residencial da AFPAD

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD), para além do trabalho que desenvolve na sua sede, na Rua António Sérgio, com o Centro de Actividades Ocupacionais (CAO), para jovens a partir dos 16 anos de idade, a integração na Equipa Local de Intervenção (ELI), para crianças até aos seis anos de idade, o Centro de Estimulação de Alzheimer e o Gabinete de Serviços e Terapias Complementares, tem também em funcionamento, há treze anos, na Freguesia de Vermoim, na Avenida João XXI, nº 1928 (à margem da EN 206, no sentido Famalicão – Guimarães), o Lar Residencial “A Minha Casa”, para portadores de deficiência, a partir também dos 16 anos de idade.

O Lar Residencial “A Minha Casa” tem capacidade para doze utentes, lugares há muito esgotados, com a existência de uma longa lista de espera, tem acordo de cooperação com a Segurança Social

e funciona numa vivenda alugada, já muito antiga, provavelmente dos anos quarenta do século passado.

Perante estas contingências, e na sequência de outros contactos estabelecidos com o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto, a AFPAD apresentou à autarquia um estudo prévio de implantação de um novo Lar Residencial numa parcela dos terrenos onde até há pouco tempo atrás viveu a comunidade cigana da Estação.

A área necessária para construir este novo equipamento é de 920 m², a desanexar da propriedade que tem aproximadamente 4 438m² de área.

Trata-se de uma área suficiente para proceder à implantação de um novo Lar Residencial, com capacidade para 18 utentes/clientes, obedecendo a todas as normas regulamentares definidas para este tipo de equipamento e comportando todos os espaços legalmente exigidos.

Em colaboração com o Sr. Presidente da Câmara, com o Dr. Ademar Carvalho e com os técnicos do Departamento do Urbanismo da Câmara Municipal, encontrou-se a melhor solução de implantação do Lar Residencial, sem prejuízo de outros projectos que a Câmara Municipal venha a desenvolver para o terreno sobrance.

Assim a área de cedência necessária foi fixada 920 m², com opção pelo desenvolvimento de uma construção de cave, rés – do – chão e dois pisos, onde cabem todas as áreas funcionais do novo Lar Residencial, conforme se verifica pelo “estudo prévio” na posse da AFPAD.

Nesta área estão inseridos 132 m² destinados ao alargamento do caminho público que, a partir da Rua da Liberdade, irá servir o novo Lar Residencial da AFPAD.

Esta proposta está consensualizada com os Serviços de Urbanismo da Câmara Municipal e tem uma dupla vantagem:

- não prejudica outros projetos que a Câmara Municipal tem para o restante terreno;
- serve com qualidade os objetivos da AFPAD, de construção de um novo Lar Residencial para 18 utentes portadores de deficiência.

Este é um projeto que trará inegáveis benefícios para os atuais utentes/clientes do Lar Residencial da AFPAD, para novos utentes que, por variadíssimas razões, precisem de ser institucionalizados e

para a sociedade famalicense no seu todo, apoiando públicos socialmente desfavorecidos e proporcionando-lhes melhor qualidade de vida.

A AFPAD aguarda agora a cedência do direito de superfície do terreno a utilizar para a construção do novo Lar Residencial, pelo maior número de anos legalmente possível, para depois desenvolver e fechar o estudo prévio já apresentado, avançar para a elaboração do projeto e apresentar uma candidatura a um programa específico para construção e equipamento do novo Lar Residencial.

5. Diversos

Como sempre aconteceu ao longo dos últimos anos, esta é uma breve abordagem ao Plano de Ação e ao Orçamento para o próximo ano de 2017, tentando projetar, com base nos elementos disponíveis, aquilo que ele pode significar de desenvolvimento e consolidação do Projeto AFPAD, nas suas várias dimensões.

Como sempre aconteceu também nos anos anteriores, as atividades, iniciativas e projetos a desenvolver com os clientes da AFPAD encontram-se muito bem documentadas no Plano de Ação para 2017, um plano que envolve as valências de CAO e de Lar Residencial e que demonstra de forma exuberante o intenso trabalho que é desenvolvido com todos os utentes da AFPAD. Todas elas se inserem nos pressupostos de gestão da qualidade que é e terá que ser sempre um processo de melhoria contínua, envolvendo toda a instituição.

5.1 Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)

Como já referi também, o ano de 2015 foi o ano da reavaliação do Sistema de Gestão da Qualidade pela Agência Portuguesa para a Qualidade.

A avaliação então feita, salienta que os “pontos fortes” da AFPAD podem ser observados “no envolvimento da direção e da equipa técnica no dia-a-dia dos serviços e atividades” e no “empenho demonstrado com a melhoria contínua e na gestão das instalações, equipamentos e recursos”.

Importante também para a Agência Portuguesa para a Qualidade e para o EQUASS é a constatação do “compromisso, dedicação e motivação dos colaboradores” e o “esforço demonstrado na procura contínua de estratégias e projetos que reforcem a autonomia e a autodeterminação dos clientes/utentes”. Entre outros aspetos que considera importante, o relatório final aponta também as “parcerias e o relacionamento com os parceiros, integrando-os no desenvolvimento das atividades e participando de forma ativa nas atividades da comunidade”,

tudo isto, para além de existir “um esforço contínuo no desenvolvimento de respostas às necessidades detetadas em públicos mais frágeis, nomeadamente nas pessoas com deficiência e incapacidade”.

Num processo tão exigente como este, há sempre muitas oportunidades de melhoria que têm que ser transformadas em oportunidades para uma qualidade cada vez maior e mais abrangente, sendo este o trabalho da direção, técnicos e colaboradores nos próximos anos.

Entre essas oportunidades de melhoria que constituem uma espécie de “caderno de encargos” para os próximos anos, destacam-se as seguintes:

- *melhorar o website, transformando-o numa ferramenta mais ativa e consistente de comunicação e disseminação, incluindo informação relevante sobre o sistema da qualidade, serviços, programas, eventos, nomeadamente no que se refere à participação de todas as partes interessadas e aos resultados obtidos;*
- *criação de novas metodologias de disseminação sistemática dos processos – chave e procedimentos de trabalho, de modo a aumentar o seu conhecimento por parte dos colaboradores;*
- *melhorar o processo de avaliação de desempenho, nomeadamente ao nível do descritivo, ponderação e pontuação de competências, no sentido de clarificar o seu entendimento e gestão;*
- *incluir no Plano de Formação todas as oportunidades efetivamente disponibilizadas, no sentido de ter uma abordagem mais abrangente e redefinir indicadores de avaliação dos resultados do plano de formação que melhor evidenciem as atividades desenvolvidas;*
- *melhorar os mecanismos de reconhecimento dos colaboradores, no sentido de promover uma política efetiva de meritocracia na organização;*
- *promover uma maior disseminação da Carta de Direitos, bem como a sua efetiva apropriação pelos clientes;*
- *documentar com maior detalhe as práticas ao nível da confidencialidade, nomeadamente no que se refere ao acesso interno/externo a dados sensíveis;*
- *documentar como política e/ou procedimento o sistema de participação de clientes e outras partes interessadas;*
- *melhorar a abordagem à qualidade de vida no planeamento individual, para este melhor refletir as práticas implementadas e permitir uma abordagem mais abrangente na construção do projeto de vida do cliente;*
- *melhorar a metodologia de avaliação da satisfação das partes interessadas, clarificando periodicidades, responsabilidades e critérios de tratamento e análise, permitindo a obtenção de resultados estruturados por domínio de avaliação;*

- *rever e organizar um documento específico de suporte à melhoria contínua que permita a formalização de práticas, a organização da sua diferente documentação e que facilite a gestão do sistema e o reporte periódico de resultados.*

É este o “caderno de encargos” para a próxima auditoria ao Sistema de Gestão da Qualidade a realizar em 2017.

5.2 Formação Profissional

A formação profissional proporcionada ao longo destes anos pela AFPAD aos seus colaboradores resultou, em grande parte, da oferta externa, sendo esta uma das vias para atingir os objetivos neste domínio.

Ao longo do ano de 2016, a AFPAD continuou a seguir este caminho, propondo aos seus colaboradores, sempre que possível, a frequência de ações de formação concretizadas por entidades externas e deferindo, dentro dos limites orçamentais, as solicitações de formação feitas individual ou coletivamente. A AFPAD, não sendo entidade acreditada para dar formação, não deixou de “agarrar” as oportunidades que surgiram no domínio das suas atividades principais. Por outro lado, a AFPAD não deixou de aproveitar as oportunidades de formação que os seus parceiros formais ou informais desenvolveram, no sentido reforçar os conhecimentos, as capacidades e as competências dos seus colaboradores.

No ano de 2016, equacionou-se a possibilidade de um formador externo vir à AFPAD, para desenvolver um conjunto de ações de formação especificamente orientadas para os colaboradores da instituição.

Com esse objetivo, desenvolveram-se contatos com o Prof. Luís Bessa, da Escola Profissional CIOR que, após um período negocial, entregou à AFPAD, um projeto de formação específico para os colaboradores da AFPAD que ia também de encontro às necessidades de formação detetadas.

O projeto integrava uma componente de formação teórica/prática em sala de aula e uma segunda vertente de acompanhamento de projetos de intervenção selecionados pelos próprios colaboradores, num total de 100 horas de formação.

Porque, entretanto, houve uma adesão muito significativa a ações de formação desenvolvidas por entidades externas e porque o orçamento disponível já não podia “acudir” a tudo, optou-se por adiar por um ano este projeto de formação.

5.3 Situação Económica -Financeira

Como sempre também uma referência necessariamente muito breve à situação financeira da instituição, bem documentada no espaço do Orçamento para 2017.

Há que referir que a situação financeira da instituição no ano de 2015 e no ano de 2016, sofreu o impacto do novo Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre a CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

O novo contrato – que implicou aumentos salariais – foi dado a conhecer em Setembro, tendo retroatividade a Janeiro de 2015 e “obrigando” as instituições a pagar em duas vezes os retroativos devidos aos colaboradores... Este impacto manteve-se ao longo do ano de 2016 e há que contar com ele nos próximos anos.

Com participações familiares baixas, com atualizações dos acordos de cooperação que a custo cobrem a inflação, com os custos fixos, incluindo salários, a sofrerem ajustamentos anuais, a gestão financeira da AFPAD não é fácil.

No ano de 2016, a AFPAD teve um apoio financeiro da Câmara Municipal de 10 000 euros que ajudou a ultrapassar alguns constrangimentos.

Para conseguir o empréstimo bancário necessário para a aquisição de uma das carrinhas adaptadas, a AFPAD teve que dar como garantia um depósito a prazo, de dez mil euros, com validade idêntica à da duração do empréstimo.

Este empréstimo bancário, no montante de 31 500 euros, tem uma vida de 5 anos, com um encargo mensal de 580,12 euros. Começou a liquidar-se no mês de Setembro de 2016.

Podemos avançar que a transição de ano se fará com cerca de 40 mil euros de depósitos bancários, sendo 30 à ordem e 10 a prazo. Este depósito a prazo pode ser libertado no momento em que se consiga a liquidação do empréstimo bancário que cauciona

Como já referi em anos anteriores - com muito equilíbrio – é possível gerir financeiramente a AFPAD.

Voltando ao princípio: conseguindo-se o alargamento da ELI, a ampliação do CAO e um novo Lar Residencial, a situação seria bem mais sorridente...

V. N. de Famalicão, Outubro de 2016.

O Presidente da Direção

(Mário C. Martins)

2. – APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 - Enquadramento

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos. Foi constituída em 27 de Janeiro de 1993, com registo dos estatutos na Direção Geral da Segurança Social, no livro das Associações de Solidariedade Social sob o n.º 35/95, a fls 46 e verso em 30 de Dezembro de 1994, publicado no Diário da Republica n.º 211 – III Série, de 12 de Setembro de 1995, tendo sido considerada de Utilidade Pública.

A AFPAD foi criada para intervir na área da prevenção primária, sensibilizando a população para a problemática da deficiência e criar estruturas e respostas adequadas.

É assim que a Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (AFPAD), com sede em Vila Nova de Famalcão, desenvolve a sua ação com crianças, jovens e adultos portadores de deficiência, pessoas que precisam quotidianamente de apoios técnicos e intervenções especializadas que possam amenizar e esbater as suas dificuldades, proporcionando-lhes a melhor qualidade de vida possível e a integração social e comunitária devidas a qualquer cidadão.

2.2. - Visão, Missão e Valores

Visão

Ser uma referência na integração familiar e social das pessoas com deficiências e incapacidades, contribuindo para uma sociedade aberta e inclusiva.

Missão

Prestar serviços integrados e personalizados de apoio a pessoas com deficiências e incapacidades e disponibilizar apoio às famílias, em articulação interinstitucional, adotando estratégias de inovação e melhoria contínua.

Valores

- **Respeito** pelos direitos dos clientes e significativos, dinamizando um atendimento personalizado, individualizando percursos e metodologias no sentido de ir o mais longe possível na integração social;
- **Confidencialidade**, garantindo absoluto sigilo de todas as informações e dados pessoais, designadamente os que dizem respeito à privacidade dos clientes;
- **Participação e coresponsabilização**, envolvendo a família, os agentes sociais e os cuidadores principais na prestação dos serviços;

- **Motivação e empenho** dos colaboradores, contribuindo para o sucesso da organização;
- **Responsabilidade**, assumindo as ações respeitando os mais elevados padrões de ética e profissionalismo;
- **Lealdade**, respeitando as hierarquias, agindo com sinceridade e honestidade para com todos os intervenientes.

2.3 - Política da Qualidade

Prestar serviços de qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes e significativos, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas, através da inovação e melhoria contínua, enquanto organização orientada para uma ética de responsabilidade e de dever.

2.4 - Política de ÉTICA

A Política de ÉTICA da AFPAD não distingue categorias profissionais nem nível hierárquico devendo aplicar-se a todos os colaboradores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar a prática de todos os profissionais da AFPAD no respeito pela dignidade da pessoas com deficiência e da sua proteção contra riscos indevidos.

A AFPAD respeita a dignidade da pessoa humana e a promoção da justiça social através dos princípios que norteiam a sua atividade. Apoia uma cultura de comportamento ético e de atenção a todos os clientes, sendo esse conjunto da responsabilidade de todos os colaboradores.

Ao mesmo tempo, a AFPAD cria as condições necessárias à concretização deste comportamento ético presente em toda a atividade levada a cabo na e pela AFPAD.

O respeito pela dignidade humana passa por assegurar a proteção dos nossos clientes de diferentes tipos de abusos, criando as condições adequadas e um ambiente seguro. A criação de um ambiente seguro inclui as condições adequadas nas instalações. As responsabilidades e autoridades definidas estabelecem diretivas que asseguram a prestação de serviços em conformidade com esta política, assim como criam condições para a sua correta avaliação.

Por outro lado, a AFPAD apoia o desenvolvimento de condições de escolha informada (*empowerment*) de forma a potenciar iniciativas próprias de prevenção e reação, permitindo a auto-defesa.

A satisfação dos clientes para com o respeito pela sua dignidade é conhecida, ao mesmo tempo que constantemente melhorada na sequência de momentos de revisão incluídos no sistema de gestão.



2.5 - Estratégia

- Melhorar continuamente a qualidade dos serviços através da implementação do sistema de gestão da qualidade;
- Melhorar os sistemas de informação e comunicação;
- Promover a eficiência dos recursos humanos através da formação e melhoria contínua;
- Investir em estruturas físicas, equipamentos e transportes;
- Criar estratégias para a sustentabilidade económico-financeira.

3 - INFRAESTRUTURAS DA INSTITUIÇÃO

3.1 - Sede

A AFPAD encontra-se sedeadada no R/C do edifício da Tripeira. A fração autónoma designada pela letra “A”, correspondente ao R/C, é propriedade da Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência.



Sede – Vila Nova de Famalicão

A estrutura cumpre com todas as regras e normas de segurança exigíveis por lei e oferece as condições mínimas exigíveis para a prática e desenvolvimento das suas atividades. Possui o alvará de licença de utilização n.º 494/2008, emitido pelo departamento de urbanismo e habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Nesta estrutura funcionam os serviços administrativos, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Serviços e Terapias Complementares.

3.2 – Lar Residencial – “A Minha Casa”

O funcionamento da resposta social de Lar Residencial “A Minha Casa” encontra-se em funcionamento num edifício arrendado de tipologia T5, situado na Avenida João XXI, 1928, na Freguesia de Vermoim, Concelho de Vila Nova de Famalicão e é composto por R/C e um andar, anexos e um grande logradouro.



Lar Residencial “ A Minha Casa” - Vermoim

4. – RESPOSTAS SOCIAIS

4.1 - Serviço de Intervenção Precoce na Infância – (ELI – Vila Nova de Famalicão)

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), criado pelo DL n.º281/2009, de 06 de Outubro, prevê a criação de Equipas Locais de Intervenção (ELI) através da atuação coordenada dos Ministérios do Trabalho e Solidariedade Social, da Saúde, e da Educação. A AFPAD integra a ELI de Vila Nova de Famalicão, em articulação com os profissionais de Educação do Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce (Bernardino Machado) e da Saúde (CHMA e Centro de Saúde), assegurando desta forma a resposta social de Intervenção Precoce na Infância (IPI) às crianças e famílias deste concelho.

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é “...um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na família e na criança...”. “...abrange crianças entre os 0 e os 6 anos de idade com alterações nas funções estruturais do corpo, que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias”.

São objetivos da ELI de Vila Nova de Famalicão:

- Identificar as crianças e famílias imediatamente elegíveis para o SNIPI;
- Assegurar a vigilância às crianças e famílias que, embora não imediatamente elegíveis, requerem avaliação periódica devido à natureza dos seus fatores de risco e probabilidades de evolução;
- Encaminhar crianças e famílias não elegíveis, mas carenciadas de apoio social;
- Elaborar e executar o Plano Individual de Intervenção Precoce (PIIP) em função do diagnóstico da situação;
- Identificar necessidades e recursos das comunidades da sua área de intervenção, dinamizando redes formais e informais de apoio social;
- Articular sempre que se justifique com as comissões de proteção de crianças e jovens e com os núcleos da ação de saúde de crianças e jovens em risco ou outras entidades com atividade na área da proteção infantil;
- Assegurar para cada criança processos de transição adequados para outros programas, serviços ou contextos educativos;
- Articular com os docentes das creches e jardins de Infância em que se encontrem colocadas as crianças integradas em IPI.

4.2 - Centro de Atividades Ocupacionais

Destinatários:

O Centro de Atividades Ocupacionais desenvolve atividades para pessoas com deficiência e incapacidade com idade igual ou superior a 16 anos, cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva; e cuja situação não se enquadre no âmbito do regime de emprego protegido, nos termos da respetiva legislação e careçam de apoios específicos.

É uma resposta dinâmica e funcional capaz de proporcionar a estas pessoas o exercício de funções socialmente úteis e estritamente ocupacionais, de forma a mantê-los ativos e interessados. As atividades são apresentadas de uma forma personalizada, adequada às características e capacidades individuais de cada cliente. Procura-se favorecer o seu equilíbrio físico e emocional, valorizando as suas capacidades e promovendo simultaneamente a sua autonomia social.

Estas formas de apoio visam também a sua integração na comunidade, traduzindo-se em ajuda às respetivas famílias.

Objetivos

- Promover a qualidade de vida dos clientes;
 - Promover a autoestima, a valorização e autonomia pessoal e social;
 - Apoiar na integração social através das ASUs, facilitando eventualmente o acesso à formação profissional e ao emprego;
 - Privilegiar a interação com a família/significativos e com a comunidade, otimizando os níveis de atividade e de participação social;
- Contribuir para a promoção de uma sociedade inclusiva

Serviços

- Atividades estritamente ocupacionais;
- Atividades socialmente úteis;
- Atividades de desenvolvimento pessoal e social;
- Atividades lúdicas e recreativas;
- Atividades desportivas e terapêuticas;
- Serviço social e psicologia;
- Refeições e transportes;

4.3 - Lar Residencial “A Minha Casa”

Destinatários

O Lar Residencial é uma estrutura destinada a alojar pessoas com deficiências ou incapacidades, de ambos os sexos, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidas temporariamente ou prolongadamente de residir no seu meio familiar.

Com capacidade para 12 pessoas este serviço fornece apoio em alojamento e nas atividades de vida diária a clientes para os quais este tipo de resposta é a mais adequada dentro de critérios sociofamiliares.

Objetivos

- Disponibilizar alojamento e apoio residencial prolongado ou temporário;
- Promover condições de vida e de ocupação que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades específicas dos seus destinatários;
- Promover estratégias de reforço da autoestima, de desenvolvimento das relações interpessoais e da autonomia pessoal e social;
- Assegurar condições de equilíbrio aos clientes, reforçando a sua capacidade autonómica para a organização de atividades de vida diária;
- Prestar apoio na integração escolar, em centros de atividades ocupacionais, na formação social, no emprego protegido ou no acesso ao mercado normal de trabalho;
- Privilegiar a interação com a família e com a comunidade, no sentido da respetiva integração familiar e social.

Com a consciência da importância da família, o enfoque que se deu ao desenvolvimento desta resposta social teve como principais objetivos – o da prevenção da tendência institucionalizadora que tem este género de resposta social e garantir o acesso a serviços e apoios de Qualidade adequados à satisfação das necessidades e expectativas dos clientes.

Assim, como primeira linha de intervenção, assumiu-se como indispensável fomentar o maior envolvimento possível da família em todo o processo de apoio não permitindo a separação da família com internamentos prolongados e reforçando a sua participação. Neste domínio são objetivos muito importantes do LR continuar a reforçar a importância do papel da família em todo o processo de intervenção, através do estabelecimento de novas formas de parceria, contratualização, direcionadas para respostas específicas e integradas.

Serviços prestados

Alojamento assistido; Acolhimento temporário e prolongado; Convívio e ocupação; Refeições; Tratamento de roupas; Cuidados de higiene e conforto; Transporte; Apoio psicológico individual e familiar; Colaboração na prestação de cuidados de saúde; Ateliers ocupacionais; Atividades ao ar livre; Atividades recreativas e de lazer; Atividades na comunidade; Acompanhamento ao exterior.

Alguns aspetos do funcionamento

- Pelo seu caráter residencial, funciona 12 meses por ano, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados.
- A solução encontrada possui características de habitabilidade, num conjunto que se denomina “A Minha Casa”, de forma a proporcionar uma boa funcionalidade e o conforto condigno. A fácil acessibilidade, quer de pessoas condicionadas na sua mobilidade quer ainda a viaturas, a flexibilidade no “tipo de residência” e o ambiente envolvente são outras das características presentes neste serviço.
- O amplo espaço exterior serve para o convívio, para receber amigos ou familiares e ainda para o desenvolvimento de atividades ao ar livre.

4.4 - Serviços e Terapias Complementares

4.4.1. - Gabinete Social de Terapias

Este serviço tem o objetivo de responder às necessidades de pais e encarregados de educação de crianças a frequentar o Ensino Básico e Secundário que não se enquadram nas outras respostas sociais, para intervirem nas áreas da psicologia, fisioterapia e terapia da fala.

Serviços

- Fisioterapia;
- Psicologia
- Serviço Social
- Terapia da Fala
- Terapia Ocupacional

4.4.2. – Centro de Estimulação de Alzheimer/Doenças Neurodegenerativas

Destinatários:

Pessoas com doenças neurodegenerativas, nomeadamente Doença de Alzheimer, Demências, Parkinson...

Objetivos

- Retardar a evolução da doença (reabilitação/estimulação cognitiva);
- Integração social e cultural das pessoas com demência;
- Evitar uma institucionalização precoce;
- Melhorar e manter as competências pessoais;
- Contribuir para uma melhor qualidade de vida;
- Proporcionar momentos de descanso familiar;
- Prevenir e combater o processo natural do envelhecimento;

Serviços

- Arte Terapia/Trabalhos Manuais;
- Reabilitação Cognitiva
- Atividade Física;
- Relaxamento Terapêutico
- Musicoterapia;

5 - RECURSOS HUMANOS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência conta com a colaboração de 23 profissionais, pertencentes aos quadros de pessoal.

5.1 - Afetação dos Recursos Humanos às Respostas Sociais

N.º	Função	Hab. Literárias	C.A.O.	I.P.I	LAR
1	Assistente Social	Licenciatura	50 %	50 %	
1	Psicólogo	Mestrado	50 %	50 %	
1	Psicóloga	Licenciatura			100 %
1	Contabilista	Licenciatura	50 %	10 %	40 %
1	Terapeuta da Fala	Licenciatura		100 %	
1	Monitora	10º Ano			100 %
1	Monitora CAO 2ª	12º Ano	100 %		
1	Cozinheira	6º Ano	100 %		
1	Cozinheira	4º Ano			100 %
1	Motorista	9º Ano	90 %		10 %
1	Ajudante Apoio Pessoa	12º Ano	100 %		
1	Ajudante Apoio Pessoa	6º Ano	100 %		
4	Ajudante Ação Direta	9º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	6º Ano			100 %
2	Ajudantes Ação Direta	4º Ano			100 %
2	Ajudantes Ação Direta	6º Ano			100 %
1	Ajudantes Ação Direta	12º Ano			100 %
1	Auxiliar Serviços Gerais	9º Ano	90 %	10 %	

5.2 – Formação Profissional

É com as pessoas e o seu potencial profissional e técnico que se conta enquanto mais-valia para o crescimento da organização e a prestação de um serviço de qualidade prestada aos seus clientes.

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência irá promover e assegurar a continuidade da formação contínua dos colaboradores conforme o plano anual de formação elaborado pela direção.

A formação profissional será em horário laboral e pós laboral de acordo com as possibilidades e interesse de cada profissional conforme as ofertas e oportunidades existentes no mercado da formação profissional, nomeadamente a frequência de cursos das novas oportunidades e frequência de cursos superiores na área do desenvolvimento pessoal e profissional, como consultoria, congressos, workshop e outras ações/formações.

6. - PARCERIAS

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência atua e procura desenvolver parcerias para responder às necessidades de recursos existentes, de forma a aumentar a capacidade de resposta da instituição, para promover a inovação e melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes.

Como tal, as parcerias constituem uma estratégia fundamental de ação organizacional, pelo que estão definidas atividades que envolvem a manutenção das parcerias já existentes, de forma a gerarem um maior envolvimento com os parceiros operacionais e aprofundar a relação com os parceiros estratégicos.

Neste sentido, é também realizado uma avaliação de satisfação dos nossos parceiros, bem como do valor que a parceria tem para a organização.



7. - PLANO DE ATIVIDADES – CAO – LAR - IPI

OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Continuar a utilizar o modelo de qualidade de vida através da aplicação da escala de qualidade de vida em pelo menos 40% dos clientes	Entrevistas individuais com os clientes, para aplicação das escalas; Cotação e interpretação dos resultados, Discussão dos resultados em reunião de análise do PDI	Registos de entrevistas PDI(s) Atas das reuniões	DT ET	JAN	CAO
Garantir que 100% dos clientes do CAO e LAR tenham um PDI / PI	Fazer monitorização e revisão anual do PDI / PI	Registos	ET	JUN DEZ	CAO LAR
Reforçar os equipamentos para áreas de lazer e de conforto para os clientes	Aquisição de cortinas (refeitório, sala de bem estar) e pelo menos um computador portátil, ar condicionado para o ginásio e sala de ateliers; Aparelhagem de música	Fatura/Recibo de aquisição dos equipamentos	D	Ao longo Ano	CAO
Manter o grau de cumprimento dos objetivos dos PDI(s)/PI em pelo menos 75%	Avaliação das necessidades e potenciais pela equipa técnica; Elaboração do PDI/PI e sua discussão com clientes e significativos; Fazer a monitorização e revisão anual do PDI/PI	Ficha de Processo PDI PDI(s)/PI	ET	JAN JUN DEZ	CAO LAR
Contribuir para a promoção de uma sociedade inclusiva através da formação de estagiários na área da deficiência	Receber pelo menos 1 estágio de cursos profissionais; Reuniões de acompanhamento dos estágios.	Protocolos Relatórios de Estágio	DT	Ao longo Ano	CAO LAR
Implementar ação de formação para revisão dos princípios do referencial EQUASS	Preparação da formação Comunicação da formação Implementação da ação de formação	Registo da formação	DT	ABR	CAO LAR
Continuar a promover oportunidades de convívio intrainstitucional, através da realização de atividades conjuntas entre CAO e LAR	Convívio LAR-CAO (Churrasco) Colónia Férias Vila do Conde e Piscina aberta Magusto Festa de Natal	PAS Registo Presenças Fotografias	DT	MAI JUL NOV DEZ	CAO LAR



OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Implementar, em conjunto com o CAO, atividades de horticultura e floricultura no Lar, com periodicidade bimensal (de 2 em 2 meses)	Definir os grupos participantes do CAO e LAR Planear, de acordo com as condições climáticas, os dias da atividade Implementar a atividade, com supervisão permanente	PAS Registo de Presenças	DT	A Definir	CAO LAR
Continuar a estimular e facilitar o desenvolvimento das capacidades da pessoa com deficiência	Escolaridade funcional (leitura, cópias, composições, realizar contas de somar e subtrair, grafismos e desenhos...); Espaço Rodin, Ações de sensibilização; Participação em ateliers com caráter formativo na comunidade; Simbologia grupal; Atividades desportivas e terapêuticas; Atividades de vida diária; Realização de trabalhos de jardinagem e colheita de legumes no LAR (AFPAD) com pequenos grupos,	Trabalhos Registos de presenças	ET EA	Diário	CAO
Manter um resultado positivo na avaliação de satisfação dos colaboradores nível 3 para CAO e nível 4 para LAR (escala de 1 a 5) p	Tratamento de dados dos inquéritos recebidos Elaboração do relatório com reporte dos resultados;	Inquéritos preenchido Relatórios	EQT	FEV	CAO LAR
Manter um grau de satisfação dos clientes nível 4 para CAO e nível 3 para Lar (escala de 1 a 5)	Tratamento dos inquéritos recebidos; Elaboração do relatório com reporte dos resultados;	Inquéritos preenchido Relatórios	EQT	FEV	CAO LAR
Promover a participação dos clientes, significativos e colaboradores no Planeamento de Serviços	Realizar levantamento de sugestões junto dos clientes – Grupo Autorrepresentação; Realizar levantamento de sugestões de atividades junto dos significativos – Reunião Realizar levantamento de sugestões junto dos colaboradores	Impresso sugestões atividades Ata Grupo autorrepresentação Ata reunião Significativos	DT ET	OUT	CAO LAR



OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Promover o convívio interinstitucional, participando em pelo menos 2 atividades ao longo do ano	Continuar a participar na Marcha pela Igualdade – Centro Social de Bairro Organizar ou participar numa atividade no âmbito supraconcelhio. Comemoração do dia Internacional da Pessoa com Deficiência. Todos por uma causa – Guimarães	Registo de Presenças Fotografias	DT	A Definir	CAO LAR
Promover a participação dos colaboradores em ações de formação, de interesse para a sua atividade profissional	Efetuar levantamento de necessidades formativas; Elaboração plano anual de formação	Registos	D DT	Ao longo Ano	CAO LAR
Manter resultado de avaliação e satisfação dos parceiros de nível 4 (escala 1 a 5)	Tratamento de dados dos inquéritos recebidos e elaboração do relatório com reporte dos resultados	Inquéritos Relatório	DT	JAN	CAO LAR
Atingir em pelo menos 80% as atividades previstas no Plano Atividades Socioculturais (PAS)	Planear as Atividades Socioculturais conforme as orientações do Plano de Atividades e Planos Individuais Execução do PAS	PAS Ficha de Processo Chave-PAS Registo de Presenças	DT ET EA	Ao longo Ano	LAR
Melhorar a qualidade dos serviços contratados para o fornecimento de refeições no Lar, revendo o atual funcionamento ou contratando outro fornecedor	Propor alternativas; Articular com a PRONTAL sempre que justificável; Articular com a Direção	Impresso Sugestões; E-mails.	DT D	Ao longo Ano	LAR
Promover a melhoria contínua dos serviços prestados, assegurando a participação do CAO e do LAR em 100% das reuniões de EQT	Participar nas reuniões mensais de Equipa Trevo para manutenção e revisão contínua do Sistema de Gestão da Qualidade	Atas reuniões EQT Planos de Melhoria	CSGQ DT ET	Mensal	CAO LAR
Realização de duas auditorias internas para controlo do SGQ	Planear as auditorias em sede de EQT Reportar os resultados em formato de relatório de auditoria	Ata reunião Planos Auditorias Relatório Auditoria	EQT	MAR	CAO LAR
Cedência do direito de superfície do terreno para construção do novo LAR	Contactos Regulares com o Município de Vila Nova de Famalicão	Registos Cartas	D	Ao longo do ano	LAR



OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Realizar reuniões de equipa regularmente, promovendo o envolvimento de pelo menos 60% dos colaboradores	Realizar reuniões de equipa com periodicidade mensal	Atas reuniões	DT	Ao longo Ano	CAO LAR
Manter as atividades fixas semanais, de acordo com os planos individuais dos clientes.	Articular com parceiros, se necessário; Planear as atividades; Garantir o funcionamento regular de pelo menos 4 atividades fixas semanais	E-mails PAS Registo de presenças	DT ET EA	Ao longo Ano	LAR
Continuar a fomentar a autodeterminação dos clientes, criando oportunidades para a sua participação ativa	Reuniões do Grupo de Autorrepresentação Reunião anual do Grupo de Autorrepresentação	Registos Fotografias Noticias	DT ET	A definir	CAO LAR
Continuar que todos os clientes participem em pelo menos 1 atividade desportiva e terapêutica	Natação, Boccia, Educação Física, Dança adaptado, Fisioterapia, Simbologia grupal	Registos de presença Fotografias Noticias	DT ET	Semanal	CAO
Continuar com pelo menos 7 clientes de CAO em Atividades socialmente úteis (internas)	Realização de trabalhos em Atelier (como bordados, crochet, pintura); Exposição e venda de trabalhos no CDSS Braga e sede da AFPAD.	Registos de presença Fotografias PDI	DT ET	Diário	CAO
Continuar a promover a divulgação e venda de trabalhos dos clientes na comunidade	Venda de trabalhos realizados pelos clientes no CDSS Braga; sede da AFPAD e outras que surjam (promover pelo menos dois eventos)	Fotografias Registos	DT MON	A definir	CAO LAR
Alargar a resposta de atividades físicas e desportivas a clientes com mais incapacidade	Solicitar pedido à CMVNF de atividades Terapêuticas e de fisioterapeuta Contemplar as atividades nos PIs e PAS Assegurar acompanhamento dos clientes à atividade	Cartas Registo Mails	DT ET	A definir	LAR



OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Assegurar a execução do PAI em 80% das atividades lúdicas e recreativas	Participar no desfile de Carnaval; Ida ao cinema; Elaborar a prenda do dia da mãe e do dia do pai; Dia da porta aberta; Decoração da Páscoa; Piscina aberta; Praia – Vila Conde; Passeios na comunidade; Churrasco convívio entre CAO e LAR; Jogos da Diferença; Festas de comemoração concelhia; Parque de Sinçães; Passeio de Comboio a um local de interesse (Braga, Porto...); Caminhadas ao exterior; Ação de sensibilização sobre cuidados de higiene pessoal; Picnic Parque da Devesa e outros na comunidade; Magusto; Torneios de Boccia; Ateliers Bolachinhas de Natal; Comemoração do dia Internacional da Deficiência; Festa de Natal; Exposição e venda de trabalhos dos clientes no CDSS Braga; Manutenção das atividades fixas (Natação adaptada, Boccia, Dança, Piscina, Espaço Rodin, Escolaridade Funcional, Relaxamento, Ateliers; Avds, Simbologia grupal, educação física, Karaté, Atletismo adaptado).	Registos de presenças Fotografias Noticias atividades	DT ET	A definir	CAO
Continuar a promover a participação de pequenos grupos de clientes em diferentes ateliers na comunidade (passar de 3 para 4 ateliers por ano)	Planear Ateliers; Divulgar a sua realização Frequentar as atividades de acordo com o planeado	PAS Registo de Presenças	DT	A definir	LAR
Assegurar visitas ao exterior para passeios e oportunidades de participação em atividades socioculturais (pelo menos 3 por ano)	Organizar visita à Fábrica de Chocolates; Promover um convívio/piquenique; Visita ao Circo	Registos de Presenças	DT	A definir	LAR



OBJETIVOS	ATIVIDADES	EVIDÊNCIAS	RESP	DATA	RESPOSTA SOCIAL
Continuar a assegurar a participação dos clientes em pelo menos uma atividade desportiva e terapêutica	Continuar a assegurar a atividade de Piscina, através de pedido realizado à CMVNF (2xsemana) Dar continuidade ao protocolo existente com a CMVNF para garantir a atividade de Boccia (1xsemana) e atletismo adaptado	Registo de Presenças	DT	Semanal	LAR
Promover a articulação com a Unidade de Saúde Pública (USP)	Receber e divulgar informação regular da USP; Articular com a USP a administração da vacina da Gripe	E-mail Registos (Diário de Bordo, Comunicações de Serviço)	P DT	Ao longo do ano	CAO LAR
Continuar a promover saídas de pequenos grupos ao Parque da Devesa (pelo menos 5 por ano)	Planear passeios regularmente ao Parque da Devesa com grupos variáveis Acompanhar os clientes nas atividades	PAS Registo de Presenças	DT	Ao longo do ano	LAR
Promover pelo menos uma reunião por mês com os colaboradores	Planeamento e discussão de atividades	Registos Atas	DT	Mensal	CAO
Integração na Equipa Local de Intervenção de Famalicão (ELI)	Desenvolver ações de acompanhamento e apoio integrado no âmbito da intervenção precoce a crianças entre os 0 e os 6 anos de idade	Presenças dos técnicos Cedência Instalações Relatório Atividades	D	Ao longo do ano	IPI

Legenda:

Avds – Atividades Vida Diária

CAO – Centro Atividades Ocupacionais

CDSSB – Centro Distrital Segurança Social Braga

CMVNF – Camara Municipal Vila Nova Famalicão

CSGQ – Coordenador SGQ

D – Direção

DT – Diretora Técnica

EA – Equipa Auxiliar

EQT – Equipa Qualidade Trevo

ELI – Equipa Local de Intervenção

ET – Equipa Técnica

IPI – Intervenção Precoce na Infância

P – Parceiros

PAI – Plano Atividades Inclusão

PAS – Plano Atividades Socioculturais

PIs Planos Individuais

PDI/PI – Plano desenvolvimento Individual/Plano individual

MON – Monitora

RESP – Responsável

SGQ – Sistema Gestão Qualidade

USP – Unidade Saúde Pública



8. - CONCLUSÃO

Novos projetos e iniciativas no horizonte

A Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência existe desde 1993 e foi criada para intervir na área da prevenção primária, sensibilizando a população para a problemática da deficiência e criando estruturas e respostas adequadas.

Os objetivos de longo prazo da AFPAD continuam a passar pela obtenção de novas instalações para o Lar Residencial, a funcionar em Vermoim, um novo equipamento que se pretende mais amplo, com maior capacidade e mais funcional.

Pretende-se também, no mais curto espaço de tempo possível, e quando as condições forem mais favoráveis, renegociar os acordos de cooperação existentes com a Segurança Social e celebrar novos acordos que permitam uma maior qualidade do trabalho que é desenvolvido.

Relativamente ao investimento para o ano de 2017, não está previsto qualquer verba orçamental para esta rubrica. No entanto se surgirem oportunidades de abertura de candidaturas a programas ou fundos estruturais de investimento a AFPAD certamente que concorrerá.

Neste processo de transformação que mais não visa que a obtenção de melhores respostas na intervenção social e comunitária, no Município de Vila Nova de Famalicão, a AFPAD conta com o apoio das entidades parceiras – Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga –, com a cooperação indispensável da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e de alguns empresários, empresas e com o apoio das famílias dos clientes e associados e naturalmente com a colaboração dos colaboradores e voluntários da AFPAD.

Vila Nova de Famalicão, 31 de outubro de 2016

A Direção

Presidente	Mário da Costa Martins
Vice-presidente	Maria Teresa Anes
Secretário	Diamantino Oliveira Barbosa
Tesoureiro	António José Abreu Fonseca Carvalho
1º Vogal	Joaquim Filipe Lemos Cunha



 Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência	PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2017	REVISÃO: 00
		Data: 31 de outubro de 2016
Aprovado por: Direção		
Elaborado por: Direção		
Aprovado em Assembleia Geral: 21 de Novembro de 2016		



Associação Famalicense
de Prevenção e Apoio à Deficiência

ASSOCIAÇÃO FAMILICENSE DE PREVENÇÃO E APOIO À DEFICIÊNCIA

RUA ANTÓNIO SÉRGIO, 103

4760 – 298 VILA NOVA DE FIMALICÃO

Telefone: 252 378 790

252 378 791

Telemóvel: 918 216 400

E-mail: geral@afpad.org

LAR RESIDENCIAL

AV. JOÃO XXI, 1928

4770-756 VERMOIM

Telefone: 918 216 403